

**AÇÃO RESCISÓRIA Nº 6.551 - DF (2019/0249037-5)**

**RELATORA** : MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
**AUTOR** : SHOPPING BELA VISTA S.A  
**RÉU** : RAPHAEL VIANNA DE MENEZES  
**RÉU** : RUBIA DANYLA GAMA PINHEIRO  
**ADVOGADOS** : AILTON SILVA AMORIM E OUTRO(S) - DF036607  
RAPHAEL VIANNA DE MENEZES (EM CAUSA PRÓPRIA) -  
DF045881

**DECISÃO**

Cuida-se de ação rescisória, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional, proposta por SHOPPING BELA VISTA S.A, em face de RAPHAEL VIANNA DE MENEZES e RUBIA DANYLA GAMA PINHEIRO, com fulcro nos arts. 927 e 966, V, §5º do CPC/2015, objetivando a rescisão do acórdão da 4ª Turma do STJ no AREsp 1.002.980/MS, Rel. Min. Raul Araújo, transitado em julgado em 05/04/2017.

Quanto à tempestividade, a autora alega que "apesar da decisão rescindenda ter tido seu julgamento neste augusto tribunal e transitado em julgado em 05/04/2017, a presente ação é vazada com fundamento no artigo 966, V, § 5º, do CPC, em face da razão de rescindibilidade ser o fato da decisão rescindenda ter sido proferida em contrariedade a acórdão proferido em julgamento de casos repetitivos neste STJ, não tendo a decisão rescindenda considerado o padrão decisório da tese firmada em recurso repetitivo, que somente foi julgada e publicada em 22/05/2019 e 25/06/2019 respectivamente, nascendo ai o direito de ação rescisória em razão da *actio nata*, com lastro legal nos artigos 535, §8º, combinado com o 928, I, e 966, V, § 5º, do CPC, que disciplina que o prazo para ajuizamento da ação rescisória começa a fluir da data do julgamento da ação de controle concentrado" (e-STJ fl. 4).

Afirma que o acórdão rescindendo contraria a tese 970 do STJ, firmada em sede de recursos repetitivos, no sentido de que "a cláusula penal moratória tem a finalidade de indenizar pelo adimplemento tardio da obrigação, e, em regra, estabelecida em valor equivalente ao locativo, afasta-se

sua cumulação com lucros cessantes".

Assevera, em síntese, que o acórdão da 4ª Turma julgou que é possível a cumulação de cláusula penal com lucros cessantes. Requer a exclusão da condenação em ressarcir os lucros cessantes.

Para fundamentar o pedido de antecipação de tutela, indica como perigo do dano "a continuidade da execução repercutir de forma irreversível" no seu patrimônio; e como plausibilidade do seu direito a "verossimilança dos fatos e argumentos postos" (e-STJ fl. 9).

Comparecendo espontaneamente nos autos, os réus: i) impugnam o valor da causa; ii) sustentam a decadência do direito da autora uma vez que "a simples alteração da jurisprudência não enseja a reabertura do termo inicial para propositura da ação rescisória, seja porque inexistente previsão legal para tal, seja porque o escopo precípua do prazo decadencial é justamente a promoção da estabilidade das relações jurídicas consolidadas pelo decurso do tempo, em conformidade com o princípio da segurança jurídica e com o instituto da coisa julgada material." (e-STJ fl. 1119); iii) aduzem que o Tema 970 do STJ não é aplicável à espécie; iv) afirmam que o STJ possui entendimento pacífico de que a alteração jurisprudencial não justifica o ajuizamento de ação rescisória. Insurgem-se contra o pedido de antecipação de tutela.

#### **É O RELATÓRIO. DECIDE-SE.**

A jurisprudência do STJ define que o valor da causa em ação rescisória deve corresponder, em regra, ao da ação originária, corrigido monetariamente. No entanto, na hipótese de discrepância entre o valor da causa originária e o benefício econômico obtido, deve prevalecer este último. Nesse sentido: AR 3.342/SP, 1ª Seção, DJe 07/10/2016; PET 8.707/GO, 2ª Seção, DJe de 29/08/2014; e AgRg na PET 9.662/SP, 2ª Seção, DJe de 01/10/2013.

Na espécie, a autora deu à causa o valor de "R\$ 1.393,44, para fins meramente fiscais" (e-STJ fl. 13), impugnado pelos réus, conforme autoriza o art. 293 do CPC/15.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Forte nessas razões, determino a intimação da autora para que emende a petição inicial à luz da jurisprudência do STJ, bem como proceda a complementação do depósito determinado pelo art. 968, II do CPC, sob pena de indeferimento da petição inicial.

Após, voltem os autos conclusos para a análise da antecipação de tutela.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora

